



A decisão de chamar o ministro Pedro Malan, o economista Francisco Lopes e os ex-proprietários dos bancos Nacional e Econômico foi tomada ontem pela comissão

CPI reconvoça Francisco Lopes e vai ouvir Malan

Os ex-proprietários dos bancos Nacional e Econômico também serão chamados a depor na Comissão dos Bancos, que investiga por que o sistema financeiro continua frágil mesmo após ter recebido R\$ 20 bilhões do Proer



Rommel Parreira Corrêa condenou atuação de administradores nomeados pelo juiz Asdrúbal Cruxên

Advogado confirma desvio de dinheiro de consórcio

Em depoimento prestado ontem à CPI do Judiciário, o advogado do espólio de Washington Nominatto, Rommel Parreira Corrêa, confirmou as declarações feitas à comissão por dois advogados e pelo ex-auditor do Banco Central

Antonio José Heitor. Ele recordou que o Consórcio Itapemirim tinha apenas um carro pendente para entrega um ano após a morte de Nominatto e citou irregularidades cometidas pelos administradores nomeados pelo juiz Asdrúbal Cruxên.

PÁGINA 5

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, deverá comparecer à CPI do Sistema Financeiro para falar sobre a atuação do Banco Central. A decisão de convocá-lo foi tomada ontem pelos senadores da comissão, que pretendem ainda ouvir ex-proprietários dos bancos Nacional e Econômico, além de promover uma nova convocação do eco-

nomista Francisco Lopes, ex-presidente do BC. No dia 26 de abril, Lopes chegou a comparecer à CPI, mas acabou detido por haver se recusado a assinar termo de compromisso de só dizer a verdade em seu depoimento. A comissão investiga por que o sistema financeiro continua frágil, apesar de ter recebido R\$ 20 bilhões do Proer.

PÁGINA 5

Plenário vota garantia de recursos para o SUS

PÁGINA 2

Comissão deve unificar propostas contra pobreza

PÁGINA 3

Audiência discute a preservação de Brasília

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) ressaltou que o projeto de sua autoria dispo de preservação de concepção urbanística dos lagos Sul e Norte da capital federal "em momento algum tratou de tombamento de áreas, mas apenas de preservar as características urbanísticas e arquitetônicas daquele local". A afirmação foi feita ao participar, ontem, de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS).

O esclarecimento do senador por Brasília decorreu da crítica de representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Marcelo Brito, e do Sindicato dos Arquitetos do DF, Antônio Menezes Júnior, assim como do ex-secretário adjunto de Desenvolvimento Urbano do Governo do Distrito Federal, Paulo Bicca, segundo os quais o Senado Federal não é o fórum apropriado para originar matéria que disponha sobre tombamentos, mas sim o Poder Legislativo local, juntamente com a comunidade.

O superintendente do Iphan, Marcelo Brito, chegou, inclusive, a sugerir que o projeto fosse "retirado de pauta," mas a secretária de Habitação do GDF, Evelise Maria Longhi Silva, apoiou o projeto do senador por Brasília.

Luiz Estevão acrescentou que seu objetivo com a proposta era única e simplesmente a tentativa de "preservar, sobretudo, as áreas verdes" dos lagos Sul e Norte, que hoje correm o risco de virarem lotes residenciais. "Essas áreas não têm proteção alguma e basta que apenas sete deputados distritais resolvam alterar o gabarito de construções verticais ou queiram transformar áreas verdes em lotes residenciais que o projeto pode ser aprovado", alertou o senador pelo Distrito Federal.

A iniciativa de Estevão contou com o apoio dos senadores integrantes da comissão, Alberto Silva (PMDB-PI), Marluce Pinto (PMDB-RR) e Geraldo Cândido (PT-RJ), este último relator da matéria. A presidente da comissão, senadora Emilia Fernandes, disse que a audiência pública atingiu seu objetivo ao patrocinar um debate de alto nível em torno de um assunto tão importante, "pois Brasília é a capital de todos nós, brasileiros".

Plenário vota proposta que define recursos para o SUS

União, estados e municípios terão de contribuir com percentuais de suas respectivas receitas para a manutenção do Sistema Único de Saúde

A proposta de emenda constitucional que fixa percentuais mínimos de recursos dos orçamentos públicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) deverá ser votada hoje pelo plenário, em segundo turno. Segundo o autor da proposta, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a saúde no país está vivendo um momento difícil, em que nove estados da Federação levam quase a totalidade dos recursos.

O senador, que havia solicitado adiamento da votação em junho último porque, à época, "não havia possibilidade política de aprovação da matéria", dis-

se, na ocasião, que a luta pela aprovação dessa emenda constitucional não objetiva derrotar o governo. Ele salientou, no entanto, que "é preciso que estados mais pobres tenham as verbas reclamadas pela população e que o SUS disponha do aparelhamento necessário para atender os mais pobres".

Segundo Valadares, o governo federal não apli-



Valadares quer garantir atendimento da população de baixa renda

ca na saúde a totalidade dos recursos recolhidos com a cobrança da CPMF.

Hoje transcorre o segundo dia de discussão em primeiro turno da proposta de emenda que altera a Constituição com vista a ajustá-la à criação do Ministério da Defesa e dos comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

CAS tem nove projetos na pauta hoje

O Sistema Único de Saúde (SUS) poderá ser obrigado a colocar à disposição da população de baixa renda cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidente de trabalho. A medida está prevista em projeto de lei do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), a ser apreciado hoje, a partir



Gilvam é autor do projeto que obriga SUS a fazer cirurgia reparadora

Também integra a pauta da comis-

são projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que trata da inclusão de alerta, nas peças publicitárias, no invólucro do produto, no manual do usuário e no próprio equipamento, sobre os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 decibéis.

Projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) dispo de uso da talidomida também faz parte da pauta da CAS. O senador quer que o medicamento, sob nome genérico ou marca de fantasia, esteja sujeito ao

controle e fiscalização do Ministério da Saúde, e não possa ser vendido em farmácias.

De autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), será apreciado projeto que institui desconto de 30% no valor das passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias e marítimas, nacionais e internacionais, para os maiores de 60 anos.

A CAS deverá analisar ainda projeto de lei de autoria dos senadores Geraldo Melo (PSDB-RN) e José Agripino (PFL-RN) instituindo taxa social para os consumidores de energia elétrica que tenham baixa renda. Depois de examinado na CAS, esse projeto será encaminhado para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para deliberação em caráter terminativo.

Bandeira nacional poderá ser permitida em roupa

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado examina hoje projeto de lei que permite o uso da bandeira brasileira em roupas, o que atualmente é proibido por uma lei de 1971. De autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, o projeto recebeu parecer favorável do relator na CCJ, senador José Fogaça (PMDB-RS).

Ainda hoje, a CCJ discutirá projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) determinando ao Ministério Público prioridade no exame de conclusões de comissões parlamentares de inquéri-

to, para que promova a responsabilidade civil ou criminal de infratores investigados. Pela proposta, só o *habeas corpus* e o mandado de segurança terão prioridade sobre os resultados das CPIs.

Ramez Tebet considera inaceitável que órgãos que recebem as conclusões de CPIs não tomem providências, impedindo às vezes a instauração dos inquéritos destinados a apurar responsabilidades. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Consta ainda da pauta da CCJ pro-

jeito que aumenta de 90 para 180 dias o prazo para que carros apreendidos pelos departamentos de Trânsito fiquem em seus depósitos antes de ir a leilão público, exceto os veículos roubados ou adulterados.

O autor da proposta, ex-deputado Sandro Mabel, argumenta que o atual prazo é muito curto para se considerar que o proprietário abandonou seu carro. Para ele, em 90 dias nem sempre uma pessoa consegue o dinheiro necessário para pagar multas e outros débitos de um carro apreendido.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
12h30 - Recebe o ministro Martus Tavares, do Orçamento e Gestão
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação em segundo turno da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde; Segundo dia de discussão da *PEC nº 53/99, que altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição Federal (criação do Ministério da Defesa); *Requerimento nº 366/99, do senador Iris Rezende, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de resolução nºs 37 e 51/99, por versarem sobre a indicação de membros para as comissões; *Requerimento nº 382/99, do senador Romero Jucá, solicitando que sobre o PLC nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

COMISSÕES

9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 118/99, que institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda; *PLS nº 119/99, que dispõe sobre a inclusão de aviso alertando para os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 decibéis; *PLS nº 195/99, que dispõe sobre o uso da talidomida; e *PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos que especifica. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 14/98, dá nova redação ao parágrafo único do art. 30 e ao inciso III do art. 31 da Lei nº 5.700/71, que dispõe sobre a forma de apresentação dos símbolos nacionais; e *PLC nº 77/96, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos, a respeito das conclusões das CPIs. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

11h - CPI do Judiciário
Pauta: Reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

17h - Comissões mistas destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.890-64, adotada em 28/7/99 e publicada no dia 29/7/99, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares.
Pauta: Instalação da Comissão Mista. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

ESPECIAL

12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: Nova Iorque Sitiada, de Edward Zwick.
Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Para ACM, comissão deve propor projeto final

Presidente do Congresso Nacional acredita que parlamentares deverão elaborar proposta que seja uma fusão de todas as iniciativas em tramitação voltadas para a erradicação da miséria

A comissão mista especial criada para analisar as iniciativas que o Congresso Nacional poderá tomar



para contribuir no esforço de combate à pobreza deverá produzir um projeto final a partir de todas as matérias sobre o tema em tramitação no Legislativo. Esse é o entendimento do presidente do Senado e autor da mais recente emenda constitucional sobre o assunto, senador Antonio Carlos Magalhães, bem como dos representantes do PC do B no Congresso, segundo informou na manhã de ontem o deputado Aldo Rebelo (SP).

Em companhia dos deputados Haroldo Lima (BA) e Sérgio Miranda (MG), companheiros de partido, Aldo Rebelo debateu com Antonio Carlos a questão das iniciativas parlamentares contra a pobreza, bem como a "insistência do governo em aprovar reformas políticas que entrem em vigor já para as eleições do ano que vem", disse o deputado. Na questão do combate à pobreza, acrescentou Rebelo, "todos concordaram em que a comissão mista receba as propostas que estão tramitando, discuta o assunto e elabore um projeto final do Congresso", explicou. Essa sugestão deverá ser levada às demais lideranças partidárias.

Sobre as reformas políticas, os deputados do PC do B apelaram a Antonio Carlos, no sentido de que ele faça gestões junto ao governo para que eventuais mudanças na legislação eleitoral não venham a ser aplicadas já no pleito do ano 2000. Os deputados de esquerda repudiam especialmente itens como a "cláusula de barreira" (exigência de uma votação mínima para que os partidos tenham existência independente no Congresso). O senador ficou de encaminhar essas preocupações aos líderes do governo, segundo relatou Rebelo.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reuniu-se ontem com os ministros Aloysio Nunes Ferreira, secretário-geral da Presidência da República, e Pedro Parente, chefe da Casa Civil, no Palácio do Planalto. Em pauta, "uma troca de idéias a respeito das votações de medidas provisórias pelo Congresso", segundo revelou o senador.

ACM debateu com os três deputados federais do PC do B soluções para erradicar pobreza



AGENDA

Freire defende pacto nacional para a retomada do desenvolvimento

Um pacto nacional de retomada do desenvolvimento e geração de emprego e renda foi proposto ontem pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) para enfrentar a pobreza estrutural e o drama da miséria. Segundo o senador, deve-se buscar o consenso sobre o tema e, dessa forma, todos devem ser convocados a participar, inclusive o governo federal, a comissão mista instituída pelo Congresso e os políticos, criando-se um grande fórum de debates sobre a erradicação da pobreza.

Freire disse que a proposta do senador Antonio Carlos Magalhães, de criação de um fundo para a erradicação da pobreza, tem "um grave equívoco na

concepção e na execução". De acordo com Freire, o artigo primeiro da emenda constitucional que cria o fundo deixa claro que a proposta se destina a atacar os efeitos e não as causas da pobreza ao vincular sua erradicação a ações suplementares de nutrição e habitação, entre outras.

O senador por Pernambuco observou que "uma coisa é a pobreza estrutural, que advém da injusta distribuição de renda, outra é a fome e a miséria, fenômenos que nos envergonham mais que os próprios índices da pobreza e que precisam ser atacados com políticas emergenciais, até mesmo por questão de humanismo". Para ele, a proposta de Antonio Carlos



Freire acha proposta de ACM "equivocada"

Rocha propõe mobilização da sociedade e metas concretas

A mobilização da sociedade e o entusiasmo do governo devem ser os principais objetivos a serem perseguidos pela comissão que vai analisar todas as propostas que visem erradicar a pobreza no país, principalmente a proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães. A sugestão foi feita ontem pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), ao defender também um plano de metas econômicas e sociais para garantir a eficácia no combate à pobreza.

Rocha disse que o governo federal tem tratado questões estruturais com soluções conjunturais e que a comissão precisa estar atenta a isso, buscando ser elemento condutor de um grande entendimento nacional.



Rocha: governo tem dado soluções apenas emergenciais

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) concordou com Rocha na questão da CPMF e disse que o caos impera no Sistema Único de Saúde (SUS) "porque o governo não tem compromisso com a saúde pública no Brasil". Valadares lembrou que o país está vendo o retorno de doenças como a tuberculose, que vai atingir 90 mil pessoas este ano e matar seis mil.

Lauro Campos (PT-DF) sugeriu que o presidente da República aproveite a oportunidade para editar uma medida provisória com o mesmo texto da PEC encaminhada por Antonio Carlos. Heloisa Helena (PT-AL) apoiou a sugestão mas disse esperar que a PEC seja apenas uma das propostas aprovadas pelo Congresso.

Emenda inicia tramitação e recebe 68 assinaturas

A proposta de emenda constitucional (PEC) que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães e 67 outros senadores, iniciou ontem sua tramitação no Senado, depois de ter sido lida na sessão deliberativa. A PEC vai a exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que emitirá parecer a ser votado em plenário, em dois turnos. Em seguida, será

enviada à Câmara dos Deputados. Paralelamente a essa tramitação, a Comissão Mista formada por 19 senadores e 19 deputados, criada por iniciativa da senadora Marina Silva (PT-AC), examinará todos os projetos em tramitação no Congresso que tratam de combate à pobreza ou de criação de programas de assistência e estabelecimento de renda mínima para as camadas mais carentes da população.

Presidente do Senado abre fórum no RJ

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, vai fazer a abertura de painel sobre o combate à pobreza, que será promovido pelo Fórum Nacional, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro. O convite foi formulado ontem pelo ex-ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso.

O painel faz parte de seminário que discutirá também outros temas de interesse nacional, como a cidadania e estratégias para a reforma da política de segurança pública.

Senador prega diálogo, mas reafirma independência

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, após encontrar-se com o secretário-geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, e com o chefe da Casa Civil, Pedro Parente, que existe um "clima de entendimento, sem subserviência" entre o governo e o Congresso:

— O Congresso age com independência, mas, sempre que puder, em sintonia com o governo — explicou.

Para o senador, o governo demonstrou intenção de dialogar com o Congresso ao colocar na coordenação política "um homem competente" como Ferreira. Elogiou também Parente, "que tem habilidade, além da técnica".

Antonio Carlos disse que o tema da reunião foi a tramitação de matérias de interesse do governo, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, al-

terações na Previdência, o Código Civil, a restrição à edição de medidas provisórias, o efeito vinculante das decisões do Supremo e a reforma tributária.

Na avaliação do senador, é acertado desistir da proposta de exigência de idade mínima para aposentadoria:

— Não que eu seja contra a idade mínima, acho até que precisamos chegar a isso um dia. Mas não se deve fazer uma coisa inútil, já que a maioria do Congresso pensa que não deve ser agora — comentou.

Sobre o discurso do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), contra modificações no Código de Trânsito, Antonio Carlos disse: "Não vi como crítica, mas como a manifestação do desejo de manter uma lei que foi votada pela Casa. O Renan está aí para construir também".

Plenário aprova mudança no Código de Mineração

Projeto a ser enviado à sanção presidencial permite à União, aos estados e aos municípios a extração de substâncias minerais de emprego direto na construção civil. Obras poderão ter custo menor com a dispensa de intermediários

O senado aprovou ontem projeto de lei de iniciativa do Executivo que altera o Código de Mineração para permitir aos órgãos de administração direta e autárquica da União, estados e municípios a extração de substâncias minerais de emprego direto na construção civil.

A relatora do projeto, senadora Emilia Fernandes

(PDT-RS), ressaltou que a medida atenderá à pretensão legítima de órgãos da administração direta, nas três esferas de poder, de utilizar diretamente os minerais de que necessitam para obras públi-



Emilia: obras públicas poderão ter custo menor

cas, sem necessidade de comprá-los de terceiros, onerando os custos das obras.

Segundo Emilia, o projeto é cauteloso ao salvaguardar os direitos minerários em vigor, exigir a utilização exclusiva dos minerais em obras públicas diretamente executadas e proibir a comercialização das substâncias minerais. Uma portaria do Ministério de Minas e Energia definirá quais os minerais que poderão ser utilizados pelos três entes da Federação.

O projeto, aprovado por voto simbólico, vai à sanção presidencial.



Mestrinho (ao centro, falando ao microfone) afirma que o Orçamento deve ajudar a reduzir as desigualdades

Senado dá à sala da CAS o nome de Florestan Fernandes

O plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto de resolução da autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) denominando "Florestan Fernandes" a sala da Comissão de Assuntos Sociais. O projeto vai à promulgação.

Ao justificar a homenagem, Marina lembrou que Florestan foi um dos principais responsáveis pela consolidação da moderna sociologia no Brasil.

Para o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), Florestan pertencia à minoria lúcida da esquerda que mantém pensamento generoso. "Foi uma figura de mestre", disse.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, fez questão de ressaltar a origem humilde e as grandes realizações de Florestan Fernandes, autor de 60 livros no Brasil e no exterior, além de jornalista, professor e político.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1999 (nº 626/98, na Câmara dos Deputados). Presidente da República. Altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição Federal. (Criação do Ministério da Defesa). Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o segundo dia de discussão, em primeiro turno.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1999 (nº 4.862/98, na Casa de origem). Presidente da República. Acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996. (Código de Mineração) Resultado: Aprovado. A matéria vai à sanção.

3

Projeto de Resolução nº 119, de 1996. Marina Silva. Denomina "Florestan Fernandes" a sala da Comissão de Assuntos Sociais. Resultado: Aprovado requerimento dos senadores Artur da Távola e Eduardo Suplicy, solicitando destaque para votação em separado do art. 3º do projeto, para adequação ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998. Aprovado o projeto. Rejeitado o art. 3º, destacado. A matéria vai à promulgação.

4

Requerimento nº 332, de 1999. Lúcio Alcântara. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 162, 288 e 309, de 1999, que versam sobre indisponibilidade de bens de vítima de seqüestro. Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 162, 288 e 309, de 1999, passam a tramitar em conjunto. As matérias retornam à CCJ, em decisão terminativa.

5

Requerimento nº 335, de 1999. Romero Jucá. Solicita, nos termos regimentais, a dispensa do reexame do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1993 (nº 237/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao reexaminar a matéria, atendeu à finalidade objetivada no referido requerimento. Resultado: Lido e aprovado requerimento do senador Romero Jucá solicitando o adiamento da votação da matéria por 30 dias. A matéria retornará à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 22 de setembro próximo.

6

Requerimento nº 340, de 1999. Osmar Dias. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 391 e 399, de 1999, por versarem sobre alteração no Código Brasileiro de Aeronáutica. Resultado: Os projetos de Lei do Senado nºs 391 e 399, de 1999, passam a tramitar em conjunto. As matérias retornam ao exame da CAS e, posteriormente, vão à CCJ, em decisão terminativa.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Mestrinho é eleito para presidir a Comissão Mista de Orçamento

Por aclamação, foram eleitos ontem os novos presidente, vice-presidentes e relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que sucede ao deputado Lael Varela (PFL-MG), a comissão vai examinar e votar a proposta de orçamento da União para o ano 2000, além do plano plurianual para o período de 2000 a 2005. O relator do Orçamento será o deputado Carlos Melles (PFL-MG), que substitui o senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

O primeiro e o segundo vice-presidentes serão o deputado Jovair Arantes (PSDB-GO) e o senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Gilberto Mestrinho disse que trabalhará mais como um coordenador para que a comissão atue de forma democrática no exame da proposta orçamentária e das emendas dos parlamentares. O senador entende que o Orçamento deve ajudar a reduzir as desigualdades regionais e sociais.

— Como Lao-Tsé, espero que possamos dizer que esse trabalho foi feito

por todos nós — disse Mestrinho, citando o filósofo chinês.

O relator informou que, além de ouvir os parlamentares, visitará todos os ministros e governadores, de tal forma que o Orçamento reflita uma visão harmoniosa na distribuição dos recursos. Melles disse desejar que a comissão seja identificada por "notícias positivas".

— O Orçamento deve contribuir para a estabilidade monetária, mas também para a promoção do crescimento e do equilíbrio social — disse o deputado.

Começa exame da MP dos incentivos fiscais

A comissão mista destinada a examinar a medida provisória que concede incentivos fiscais para os empreendimentos industriais que se instalem nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste iniciou seus trabalhos na tarde de ontem aprovando a admissibilidade da matéria. Na oportunidade, foram eleitos, por acordo de liderança, o senador Edison Lobão (PFL-MA) para a presidência da comissão e o deputado Mário Negromonte (PSDB-BA) para a vice-presidência.

O relator da medida, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), designado pelo presidente da comissão, justificou seu parecer explicando que acautou a MP por haver concordado com a exposição de motivos apresentada pelos ministros da Fazenda e do De-



Edison Lobão (E) preside a comissão mista, que tem como relator Geddel Vieira Lima (D)

senvolvimento, Indústria e Comércio quanto à necessidade de se instituir, de forma urgente, mecanismos que permitam a ampliação do parque industrial do país, especialmente nas regiões geográficas menos favorecidas.

Já o presidente da comissão, senador Edison Lobão, afirmou que essa me-

didada provisória é importante para o Brasil e em especial para os estados do Norte e Nordeste, pois, em sua opinião, "é justo que, a exemplo dos incentivos fiscais que os estados do Sul e Sudeste do país já receberam, os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste possam receber esse mesmo estímulo".

Mercosul terá norma sobre acidentes de trânsito

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo deputado Júlio Redecker (PPB-RS), e que tem como vice-presidente o senador José Fogaça (PMDB-RS), aprovou ontem parecer favorável ao protocolo que trata da responsabilidade civil em acidentes de trânsito nos países que integram o mercado comum do Sul.

O protocolo aplica-se nos casos em que estejam en-

volvidas no acidente pessoas domiciliadas em outro país do mercado comum. Nos termos do protocolo, a responsabilidade civil será definida de acordo com o Direito interno do país onde o acidente tenha ocorrido.

Também foi aprovado pela Comissão do Mercosul parecer favorável a protocolo que dispõe sobre a assistência mútua em assuntos penais no âmbito do mercado comum do Sul.

Senadores decidem reconvocar Francisco Lopes e ouvir Malan

Banqueiros envolvidos nas vendas do Nacional, do Econômico e do Excel também prestarão depoimentos à CPI que investiga o sistema financeiro nacional

Reunida no início da noite de ontem, a CPI do Sistema Financeiro decidiu reconvocar para depoimento o economista Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, e convocou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e os ex-donos do Banco Nacional, Marcos Magalhães Pinto, e do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá. Francisco Lopes compareceu à CPI no dia 26 de abril, recusou-se a falar e teve ordem de prisão determinada pelo presidente da comissão de inquérito, senador Bello Parga (PFL-MA).

Também foram convocados Gustavo Loyola e Gustavo Franco, ex-presidentes do Banco Central. Os dois, assim como o ministro Pedro Malan, serão questionados sobre propostas que a CPI pretende apresentar sobre a atuação do BC. Os senadores da comissão reúnem-se hoje para deci-

dir a data de cada um dos depoimentos, os quais começarão pelos ex-banqueiros, na próxima semana. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) defende que o atual presidente do BC, Armínio Fraga, também compareça à CPI na fase de propostas.

Além dos ex-proprietários do Nacional e do Econômico, a CPI também irá ouvir dirigentes do Unibanco (que comprou o Nacional), do Excel (adquiriu o Econômico) e do Bilbao Viscaya (comprou o Excel). A comissão de inquérito investiga, entre outras coisas, por que o sistema financeiro continuava frágil no primeiro trimestre deste ano, apesar dos gastos supe-



João Alberto, Bello Parga e Lúcio Alcântara na CPI: banqueiros convocados a depor

riores a R\$ 20 bilhões do Proer.

Na reunião de ontem, o relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), informou que manteve contatos com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, convocado para apresentar à comissão os anteprojetos de lei destinados a reduzir a sonegação e a evitar a elisão fiscal

(brechas da lei usadas pelas empresas para não pagar imposto de renda). Conforme João Alberto, o secretário disse que boa parte das sugestões que fez à CPI já foi adotada pelo governo nos últimos dois meses. Mesmo assim, o secretário manifestou-se disposto a fazer sugestões sobre elisão fiscal.



Advogado confirma denúncias de dilapidação do espólio de Nominatto

O advogado criminal do espólio de Washington Nominatto, Rommel Parreira Corrêa, confirmou todas as declarações prestadas perante a CPI do Judiciário pelos advogados Luiz Otávio Amaral e Joaquim Tomás Lopes e pelo ex-auditor do Banco Central Antonio José Heitor. Por outro lado, ele classificou as declarações feitas à comissão na semana passada pelo inspetor de justiça do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Roberto Jorge Dino, como uma maquiagem da verdade:

— Li linha por linha e grifei os principais pontos do depoimento de Roberto Jorge Dino. Ele veio à CPI numa vã tentativa de se explicar e elaborou uma peça preciosa não somente para esta comissão, mas para o Ministério Público usar contra ele próprio. É a prova de um ardil demoníaco do qual ele fez parte desde o primeiro momento — analisou Rommel Corrêa.

Lendo trechos do relatório do Banco Central, Rommel Corrêa disse que o consórcio Itapemirim, em 26 de agosto de 1988, menos de um ano após a morte de Washington Nominatto, tinha apenas um carro pendente para entrega. Ainda baseado no mesmo documento, o ad-

vogado se referiu a uma série de irregularidades cometidas pelos administradores do consórcio nomeados pelo juiz Asdrúbal Cruxên.

Algumas das irregularidades enumeradas pelo advogado do espólio foram a compra de material de construção que terminou sendo utilizado pela advogada Maria das Graças Leão, pagamento a advogado mediante recibo sem assinatura, abertura de conta em nome de Washington Nominatto mesmo depois de ele ter morrido, compra de brindes e presentes. Tudo isso, denunciou Rommel Corrêa, com dinheiro do consórcio.

Ainda entre a série de irregularidades que constam no relatório do Banco Central, Rommel Corrêa citou a participação de José Roberto Lugon e sua esposa em um congresso internacional de administradores de consórcio. O evento realizou-se em Buenos Aires, e, além do casal, o motorista da advogada Maria das Graças Leão, Paulo Sérgio Silva, também viajou para a Argentina, com todas as despesas pagas pelo consórcio Itapemirim. Os gastos chegaram a R\$ 108,8 mil entre passagens, hospedagem e outras despesas.



Rommel descreveu gastos irregulares praticados pelos administradores do consórcio Itapemirim

Souto acha que comissão pode ajudar menor

O senador Paulo Souto (PFL-BA), relator da CPI do Judiciário, comentou ontem à noite, durante o depoimento do advogado Rommel Parreira Corrêa, que o resultado dos trabalhos da CPI abrirá uma nova possibilidade para que o caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, que teve sua herança dilapidada durante o processo de inventário, possa chegar a uma conclusão.

Na opinião do relator, o depoimento de Rommel Corrêa foi impor-

tante no sentido de que o advogado fez uma revisão de todas as provas de irregularidades na administração do espólio do consórcio Itapemirim que integram o relatório feito pelo Banco Central.

Já o senador Djalma Bessa (PFL-BA) disse que a CPI está atingindo seus objetivos ao analisar fatos irregulares, ilegais e criminosos ocorridos durante o processo de inventário da herança deixada para o menor Luiz Gustavo Nominatto. Ele acha que a CPI vai contribuir para que os indiciados no caso sejam condenados e a partir daí possa ser feita uma revisão no inventário, após os resultados na esfera criminal.

A reunião de ontem foi presidida pelo senador Carlos Wilson (PSDB-PE), que convocou uma reunião administrativa para hoje, a partir das 11 horas.

CRE aprova cooperação científica com a Rússia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou ontem parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO) favorável ao texto do acordo de cooperação científica celebrado entre os governos do Brasil e da Rússia, em novembro de 1997. Também foi aprovado pela comissão parecer do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) favorável ao texto da emenda ao Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (Clac), ampliando a área geográfica da Clac, com a incorporação de outros países, decidida na 13ª Assembléia, realizada em Santiago do Chile, em 1998.

Mereceu ainda aprovação da CRE parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável ao texto da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, concluído em Haia, em 1980, com vistas à adesão pelo governo brasileiro. As matérias serão submetidas agora ao plenário do Senado.

Na reunião da próxima semana, a Comissão de Relações Exteriores irá apreciar requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) propondo a realização de seminário sobre o tema "A Amazônia — Patrimônio Ameaçado?". O roteiro do seminário prevê a participação do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho; do comandante do Exército, general Gleuber Vieira; do ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia; do senador Gilberto Mestrinho; e do diretor-executivo do Greenpeace, Roberto Kishinami.



Moreira Mendes apresentou parecer favorável ao texto do acordo entre os governos do Brasil e da Rússia

CAE acolhe indicação de diretor do Banco Central

Os senadores da comissão aprovaram por unanimidade o nome de Carlos Eduardo Freitas, que será agora apreciado pelo plenário. Uma vez confirmado, ele será responsável pelo acompanhamento das dívidas dos estados

Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável à indicação do economista Carlos Eduardo Freitas para diretor do Banco Central (BC). Caso tenha o nome confirmado pelo plenário, Freitas substituirá Paolo Zaghen na Diretoria de Reestruturação do Sistema Financeiro Estadual e das Dívidas dos Estados e do Distrito Federal.

Em sua exposição à comissão, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), Freitas fez um histórico da economia do país para concluir que, a fim de garantir uma estabilidade macroeconômica genuína, é preciso que o governo eleve a poupança nacional para um valor entre 4% e 5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Nesse sentido, o indicado considera

desaconselhável que se promova um aumento de impostos, pois isso prejudicaria os investimentos e o desenvolvimento. Assim, Freitas, que teve sua indicação relatada na CAE pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), acredita que as despesas devem continuar sendo cortadas. Ele referiu-se especialmente ao déficit da Previdência.

Os senadores que sabatinaram Freitas demonstraram-se preocupados com a eficiência do aparato de fiscalização do BC, cujas falhas foram detectadas durante as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades no sistema financeiro.

Para o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), o sistema financeiro cresceu "enormemente" nos últimos anos e o BC dá a impressão de estar carente de téc-



Carlos Eduardo Freitas defendeu a elevação da poupança nacional para 4% a 5% do PIB

nicos habilitados. Na mesma linha, o senador Paulo Hartung (PSDB-ES) acredita que o mercado financeiro evoluiu e

internacionalizou-se e o BC não conseguiu acompanhar. O senador Lauro Campos (PT-DF) lembrou o caso do Banco Nacional, que criou depósitos fictícios, demonstrando "a completa incapacidade de o BC fiscalizar".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou o sabatinado quanto às razões da elevada concentração de renda no país, apesar de o imposto inflacionário, que prejudica os mais pobres, ter sido debelado com o Plano Real. Freitas concordou com a avaliação do senador e concluiu que, seja com inflação, ou recessão com juros altos, a economia brasileira demonstra que ainda não tem a estabilidade estrutural desejada.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) destacou o fato de a balança comercial não estar apresentando o superávit es-

perado depois da desvalorização cambial. Freitas acredita que o efeito da desvalorização está demorando porque, nos anos anteriores, houve uma desarticulação do setor produtivo de exportação. Acrescentou, porém, que as exportações estão se recuperando.

Os altos lucros do sistema financeiro, obtidos em tempos de recessão econômica, foram condenados pelos senadores José Alencar (PMDB-MG), Pedro Piva (PSDB-SP), José Fogaça (PMDB-RS), além de Suplicy e Lauro Campos. Respondendo ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que pediu uma análise da economia brasileira, Freitas declarou que o desempenho do país vem "patinando" pela insuficiência de poupança e a dependência do fluxo de capital estrangeiro para financiar os gastos públicos.

CE promoverá esforço para votar projetos de caráter terminativo

A Comissão de Educação vai realizar esforço concentrado, uma vez por mês, para votar projetos que tramitam em caráter terminativo, anunciou ontem o presidente da comissão, senador Freitas Neto (PFL-PI).

A comissão aprovou parecer favorável a projeto de decreto legislativo que renova a concessão da Rádio Internacional Ltda. — onda mé-

dia —, de Quedas do Iguaçu, no Paraná. Também foi aceita pelos membros da Comissão de Educação a renovação da Rádio Beija-Flor, Radiodifusão Ltda. — FM — de Oiapoque, Amapá. Ambas as votações tiveram abstenção do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e da senadora Heloísa Helena (PT-AL). Os dois projetos serão submetidos ainda ao plenário do Senado.



Proposta aprovada pela Comissão de Educação procura conscientizar população sobre prevenção dos problemas de pressão alta

Criado dia contra hipertensão

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) favorável à instituição do Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, a ser comemorado anualmente no dia 26 de abril. A matéria vai a plenário.

Conforme o autor do projeto, senador licenciado Fernando Bezerra (PMDB-RN), a "pressão alta", como a hipertensão é popularmente conhecida, mata anualmente cerca de 300 mil pessoas. A proposta visa conscientizar a população sobre o diagnóstico, prevenção e tratamento dessa doença.

Nos Estados Unidos — disse o relator, que é médico —, um programa semelhante ao que agora se quer instituir no Brasil levou a uma redução de 60% nas taxas de óbito por acidente vascular cerebral e de 53% por doença coronária (infarto do miocárdio e morte súbita).

No Brasil, segundo o autor do projeto, as estatísticas sobre a incidência dessa

patologia entre a população revelam que em 1992 os gastos com internações associados com doenças cardiovasculares consumiram cerca de meio bilhão de reais com a internação de cerca de 1 milhão e 300 mil pacientes.

Na justificativa do projeto, Fernando Bezerra ressalta que as doenças cardiovasculares constituem as principais causas de gastos em assistência médica. Citando levantamentos oficiais, ele disse que existem no Brasil de 15 milhões a 20 milhões de indivíduos hipertensos acima de 18 anos, dos quais 39% estão na faixa etária de 20 a 49 anos.

Também com parecer favorável de Sebastião Rocha, a CE aprovou requerimento solicitando a realização de audiência pública para instruir projeto da Câmara que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata.

Senadores sugerem compulsório menor

Como forma de fazer com que as reduções das taxas básicas de juros do Banco Central (BC) cheguem até o consumidor, os senadores José Alencar, José Fogaça e Roberto Saturnino sugeriram ontem, durante a sabatina do economista Carlos Eduardo Freitas, indicado para a diretoria do BC, que a instituição reduza o atual patamar de depósitos compulsórios dos bancos.

Segundo Saturnino, apesar de a inadimplência ser acusada de impedir a queda do custo para quem

toma dinheiro emprestado dos bancos, uma das principais causas dos altos juros é o percentual elevado (80%) dos depósitos que os bancos obrigatoriamente fazem no Banco Central. Para ele, esse nível encarece as operações do sistema financeiro, custo que é repassado àquele que se endivida.

Saturnino e os senadores do PT Eduardo Suplicy, José Eduardo Dutra e Lauro Campos saudaram o fato de o sabatinado ser um funcionário de car-

reira do Banco Central. Freitas, que até o momento ocupa a coordenação da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas em Brasília, exerceu diversos cargos no Banco Central entre 1978 e 1993, destacando-se a Diretoria de Assuntos Internacionais.

— Fico contente com sua indicação. Acho que o Banco Central deveria ser formado por pessoas com o seu perfil — afirmou o senador pelo Rio de Janeiro.

Fechamento de delegacias do BC preocupa Suplicy

O senador Eduardo Suplicy apresentou ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) requerimento de informações dirigido ao Banco Central para que o diretor de Administração da instituição encaminhe o conteúdo da decisão que prevê o fechamento de delegacias regionais do BC. A medida implica o remanejamento de funcionários, que, segundo Suplicy, estão sendo "instados a se aposentarem ou a se transferirem para outras cidades". A iniciativa também foi criticada pelo senador Roberto Saturnino.

Em resposta aos questionamentos



A Comissão de Assuntos Econômicos recebeu requerimento de informações apresentado por Eduardo Suplicy

dos senadores da oposição, Freitas disse que o BC, cuja estrutura foi criada em 1966, precisa se adequar aos dias

de hoje, em que as instituições financeiras encontram-se concentradas no Rio de Janeiro e em São Paulo. O indicado, que já foi diretor de Assuntos Internacionais do BC, acredita que, com o tempo, os delegados regionais

começaram a se imiscuir em outros assuntos, atrapalhando a comunicação com a unidade central.

Tourinho explicará aumentos de combustíveis

Os seguidos aumentos de preços dos combustíveis terão que ser explicados aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelo ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho. Esse é o teor do requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) aprovado ontem pela comissão. Jefferson pediu ainda o comparecimento do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e do diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, David Zylbersztajn.

Além dos reajustes nos preços dos derivados do petróleo, o senador está

preocupado com as repercussões do aumento de cerca de 74% do gás natural, o que pode "inviabilizar projetos de instalação de termelétricas a gás".

Por sugestão do presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), as autoridades também devem aproveitar a oportunidade para falar sobre o leilão para as áreas de exploração de petróleo ocorrido mês passado, conforme requerimento de Suassuna aprovado na última reunião da comissão. A audiência ainda não tem data marcada.

O senador Paulo Souto (PFL-BA), que

votou contra o requerimento, sugeriu a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, visto que os aumentos também são autorizados por ele. A proposta de Souto foi rejeitada depois de os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo, Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Edison Lobão (PFL-MA) argumentarem em contrário.

— O Ministério de Minas e Energia dispõe dos trabalhos técnicos que têm embasado o aumento, ocorrido em função da desvalorização cambial — disse Arruda, que prevê um debate proveitoso.

Marina sai em defesa do governador do Acre

Em nome do Bloco Oposição, a senadora Marina Silva (PT-AC) rebateu ontem acusações do corregedor da Câmara, deputado Severino Cavalcante (PPB-PE), ao governador do Acre, Jorge Viana, segundo as quais este estaria envolvido com pessoas que estão sendo investigadas pelo CPI do Narcotráfico, entre elas o deputado Hildebrando Pascoal (PFL-AC).



Senadora garantiu a honradez de Jorge Viana

A senadora disse que o Acre tem sido, durante anos, vítima daqueles que, "não honrando a posição que ocupam, se envolvem em inúmeros escândalos", mas observou que, desde que o governador assumiu, o estado passou a ter outra imagem e a honradez das pessoas que ocupam o governo se faz sentir em toda a sociedade acreana.

Segundo a senadora, em função de terem recaído suspeitas sobre um delegado de carreira designado pela secretária de Segurança, Salette Maia, para o município de Tarauacá, vizinho da cidade de Feijó, o deputado concluiu que o governador estaria envolvido no narcotráfico do Acre. Marina Silva, que

defendeu a secretária por sua luta contra o narcotráfico e contra o esquadão da morte, disse que o corregedor chegou a esta conclusão de forma muito apressada e perguntou se sua afirmação seria a mesma caso o estado fosse São Paulo ou Santa Catarina.

Marina Silva disse que este tipo de boato é comum no Acre e serve para confundir a opinião pública.

Ela lembrou que as pessoas diziam que Chico Mendes era informante da polícia e, depois, que foi o PT que mandou assassiná-lo para torná-lo mais famoso. Ela afirmou que a acusação ao governador não é justa, já que o trabalho que ele vem realizando exige coragem. A senadora estranhou o surgimento dessas afirmações, "justamente, a poucos dias da visita do presidente Fernando Henrique ao estado do Acre".

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) se solidarizou com o governador Jorge Viana e ressaltou que "esse tipo de calúnia não vai intimidar o trabalho que o governador vem realizando contra o narcotráfico".

Mesa acata pedido de informações de Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou à Mesa do Senado que despachasse ontem requerimento de sua autoria, apresentado em 9 de junho, solicitando informações ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, a respeito das negociações com o governo do estado de Santa Catarina no sentido de refinar as dívidas daquele esta-



Suplicy solicitou informações ao ministro da Fazenda

do com seu instituto de previdência.

A Mesa deferiu parcialmente o requerimento, ficando suspensa a tramitação da matéria relativa à dívida de Santa Catarina na Comissão de Assuntos Econômicos.

O requerimento foi relatado pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), terceiro-secretário.

Genéricos vão trazer economia, diz Patrocínio

Nova lei pode fazer com que governo gaste R\$ 800 milhões a menos na compra de medicamentos para a rede pública

A comercialização em massa dos medicamentos genéricos – vendidos com o nome da substância ativa e não da marca – foi defendida ontem pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). O discurso do senador marcou o fim do prazo de 180 dias previsto na Lei 9.787 para que os laboratórios mudem as embalagens inserindo o nome genérico ao lado da marca. Por exemplo, um remédio contra febre cujo elemento principal seja a dipirona deve conter o nome dipirona destacado na embalagem ao lado da marca, se tiver.

Segundo Carlos Patrocínio, o cumprimento da lei aumentará a oferta de medicamentos, forçando a concor-

rência entre os laboratórios e baixando os preços. Pela lei, o nome genérico deverá ter, pelo menos, metade do tamanho do nome de marca gravado nas embalagens. Dos medicamentos só genéricos (com o nome apenas do laboratório), o Ministério da Saúde exige testes que comprovem a mesma eficácia do produto em relação a outro de marca.

A adoção do medicamento genérico trará grande economia ao país, de acordo com o senador. A previ-



Patrocínio: médicos não receitam remédios distribuídos gratuitamente

ção oficial é de que R\$ 800 milhões deixarão de ser gastos a partir da compra de tais remédios para a rede pública. O Sistema Único de Saúde (SUS) gasta cerca de R\$ 2 bilhões anuais, ou seja, 20% de todo o mercado farmacêutico brasileiro.

O senador lamentou que a maioria dos médicos da rede de saúde pública não receite os remédios que o governo distribui de graça, trazendo grande prejuízo à população carente.



Alcântara: Portella lutou pela volta da democracia

Alcântara homenageia a memória de Portella

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitou ontem o registro nos Anais do Senado Federal de artigo publicado no jornal *Correio Braziliense*, de autoria do analista político e economista Lúcio Gusmão, sobre o ex-senador Petrônio Portella. Alcântara lembrou momentos da vida de Portella e disse que as crises políticas costumam gerar grandes personalidades:

– Sempre que alguém quiser recompor a história política recente, Petrônio Portella terá lugar de destaque – afirmou o senador.

Lúcio Alcântara ressaltou a habilidade de Petrônio Portella como articulador político. "Ele costumava dizer que não atropelava os fatos", lembrou o senador. Para Alcântara, Portella morreu no auge de sua vida política, quando articulava para devolver ao povo a prerrogativa de escolher seus representantes.

No artigo, o analista político Lúcio Gusmão estranha o silêncio em torno do nome de Petrônio Portella desde sua morte em 1980. "Principalmente pelos que lutaram, de uma forma ou de outra, pelo restabelecimento do estado de direito", destacou.

Maggi se solidariza com diretor afastado do BB

O diretor afastado do Banco do Brasil Ricardo Alves da Conceição recebeu ontem a solidariedade do senador Blairo Maggi (sem partido-MT). Diretor da área de Negócios Agrícolas, Conceição foi afastado pela Justiça, juntamente com outros diretores do banco, até que se apurem as circunstâncias em que a construtora Encol recebeu empréstimos da instituição:

– Por má administração, a Encol não só desestabilizou a vida de milhares de seus mutuários, como também envolveu pessoas tidas



Senador elogiou trabalho do diretor pelos agricultores

como ilibadas no seu caráter e na sua conduta profissional – disse o senador.

Blairo Maggi elogiou o trabalho de Conceição em benefício do BB e dos agricultores. E lamentou que o diretor esteja fora do banco no momento em que se aproxima o início do plantio, temendo que os empréstimos para a safra demorem a chegar ao campo.

O senador lembrou que a vida profissional do diretor do BB foi sempre ligada à agricultura. Funcionário de carreira do banco, Conceição foi chamado a trabalhar nos ministérios da Fazenda e da Agricultura.

Maguito propõe aplauso ao Comitê Olímpico Brasileiro

Um requerimento solicitando que o Senado Federal encaminhe votos de aplausos e congratulações ao Comitê Olímpico Brasileiro, através de seu presidente, Carlos Arthur Nuzman, e extensivo a todos os atletas que participaram dos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, no Canadá, encerrado no último domingo, foi apresentado ontem pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). O requerimento foi encaminhado à Comissão de Educação, para emitir parecer.

A participação do Brasil na competição foi considerada histórica pelo sena-



Maguito: esportes afastam jovens do crime e das drogas

dor, lembrando que este foi o melhor resultado obtido pelo país nas 13 edições dos jogos. Maguito Vilela destacou que, pela primeira vez, a delegação brasileira conquistou mais de 100 medalhas, sendo que as 25 de ouro também representaram um recorde.

Na avaliação do senador, os Jogos Pan-Americanos demonstraram que o Brasil tem um potencial que pode e deve ser explorado. Ele opinou que o esporte é um forte instrumento de divulgação do país, além de arma poderosa no combate à marginalidade e às drogas.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* – Ginástica restauradora
7h30 – *Especial Unip* – A próstata
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h25 – *Senado em Pauta*
8h30 – *Entrevista* – O senador Lúcio Alcântara fala sobre as desigualdades sociais
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
12h30 – *Entrevista* – O senador Lúcio Alcântara fala sobre as desigualdades sociais
12h55 – *Senado em Pauta*
13h – *Cores do Brasil* – Espírito Santo
13h30 – *Agenda Econômica* – O entrevistado é o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – CPI do Judiciário
21h – *Jornal do Senado*
21h25 – *Senado em Pauta*

21h30 – *Agenda Econômica* – O entrevistado é o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque
22h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – "A Voz do Brasil"
Em seguida – Música e informação
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"
Em seguida – Música e informação
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida – Música e informação
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

Mauro sugere diálogo com agricultores

Senador lamenta atitude de arrogância diante das reivindicações dos produtores rurais e afirma que governo corre o risco de repetir erro com que tratou greve dos caminhoneiros

Calheiros rejeita segunda chance para infratores do trânsito

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) protestou ontem contra a intenção do governo de propor o abrandamento da pontuação para suspender carteira de motorista. De acordo com notícias da imprensa, o governo pretende propor a elevação, de 20 para 30 pontos, do limite para que um motorista perca sua carteira de habilitação.



Calheiros diz que número de acidentes caiu com o código

— É um absurdo essa idéia. Vamos dar mais dez pontos de chance para os trogloditas do trânsito? É a oportunidade para que eles, quem sabe, matem mais gente. Mais grave ainda é a sugestão simplista e até irresponsável de anistiar cerca de 20 mil maus motoristas que já foram punidos — afirmou o ex-ministro da Justiça.

Renan Calheiros citou números para provar que a quantidade de acidentes e mortes no trânsito caiu de 22% a 26% por ano desde que entrou em vigor o novo Código de Trânsito Brasileiro. Para ele, se o Congresso concordar com a mudança pretendida pelo governo, deverão morrer em acidentes de trânsito, por ano, mais 6 mil brasileiros.

A proposta é ainda mais absurda, conforme o senador, quando se sabe que apenas 1% dos motoristas brasileiros ultrapassou os 20 pontos em multas. Ou seja, “são apenas 23 mil infratores contumazes” que o governo pode beneficiar se realmente propuser ao Congresso a mudança no Código de Trânsito.

O projeto será um sinal verde para o retorno à selvageria no trânsito, “beneficiando verdadeiros *pit-bulls* do volante”, acrescentou. Do outro lado, 30 milhões de motoristas que respeitam as leis serão punidos, segundo Renan Calheiros.

— Prefiro não acreditar que a espinha dorsal do governo tenha se curvado à barbárie sobre rodas para atender uma sedução populista. Fica no ar um suspeito de demagogia — disse o senador.

A discussão de uma agenda de emergência entre produtores rurais e o Ministério da Agricultura foi defendida ontem pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao referir-se à manifestação da categoria, programada para o próximo dia 16, na Esplanada dos Ministérios, em busca de uma solução definitiva para a dívida rural.

Segundo o senador, o movimento, que é coordenado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e trará a Brasília centenas de carretas e tratores, apóia-se na garantia de respeito ao direito de propriedade, na formulação e implementação de uma política eficaz de renda para o setor e numa solução definitiva para o endividamento rural.

— Esses pontos mínimos fazem parte de uma agenda positiva em que os produtores rurais, em contrapartida, assumiriam os seguintes compromissos: produzir 100 milhões de toneladas de grãos até 2001, exportar US\$



Mauro observa que os agricultores oferecem como contrapartida o aumento da produção de grãos

45 bilhões até 2002 e gerar 1,5 milhão de empregos até 2003 — explicou o senador.

ARROGÂNCIA

Mauro Miranda acredita que os participantes do “caminhonejo” gostariam de evitar o protesto mas não têm a quem apelar diante dos sucessi-

vos adiamentos das medidas reclamadas pelo setor. “É mais uma vez, como na recente greve dos caminhoneiros, o governo tem conhecimento do que está para acontecer, mas prefere manter a atitude arrogante de ignorar as reivindicações. O governo, aliás, só não é indiferente ao organizar-se para reprimir os protestos, tentando impor barreiras rodoviárias para impedir o acesso a Brasília”, acrescentou.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que “só se forem loucos” os governantes brigariam contra os agricultores, pois a agricultura é o esteio da economia brasileira. Também apartando, o senador Blairo Maggi (sem partido-MT) afirmou que é preciso reavaliar a questão dos custos de produção a partir da redução dos custos de insumos. Maggi defendeu a liberação da importação de insumos para que o produto nacional tenha preços competitivos no mercado internacional e gere renda.

Maldaner alerta para expulsão de brasileiros do Paraguai

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou ontem para o problema de centenas de pequenos agricultores brasileiros, estabelecidos há anos no Paraguai, que agora estão sendo expulsos de suas propriedades e forçados a acampar nos arredores de Ciudad del Este (Paraguai) e de Foz do Iguaçu (Brasil).

— Quero fazer um apelo ao Itamaraty, para negociar, junto ao governo do Paraguai, uma solução para esses brasileiros que construí-

ram seu patrimônio e estabeleceram famílias e, de repente, estão sendo despojados de todos os seus pertences. É preciso trazer a paz às famílias de brasileiros e paraguaios, que sempre viveram em harmonia nessa região fronteiriça — disse.

Segundo Casildo Maldaner, o embaixador paraguaio no Brasil informou ser o Movimento dos Camponeses, que está invadindo essas pequenas propriedades na região, uma organização ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), do Brasil.



Casildo Maldaner quer manter harmonia entre brasileiros e paraguaios na fronteira

José Jorge propõe incentivos para a energia dos ventos

O senador José Jorge (PFL-PE) disse ontem que com a utilização da energia eólica (dos ventos) o Nordeste pode escapar do dilema trágico entre empregar a água para a irrigação e a agricultura ou utilizá-la na produção de eletricidade. Ele anunciou que apresentará projeto de lei propondo mudanças na legislação do setor da energia eólica, visando acelerar sua viabilização econômica e tecnológica.

— O uso dos ventos para gerar energia representa um verdadeiro milagre,



José Jorge: uso dos ventos para gerar energia é verdadeiro milagre

à espera de nossa iniciativa para fazer uso de uma coincidência: o regime de ventos é mais intenso justamente na estação mais seca, quando a água vale ouro para o sertanejo — observou.

Segundo o senador por Pernambuco, o potencial é pouco explorado no Brasil, mas o Centro Brasileiro de Energia Eólica (CBEE), ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, já indicou mecanismos para incentivar sua utilização, tais como criação de linhas de crédito e de fundos de desenvolvimento estadual financi-

ados pelo ICMS da eletricidade de outras origens, bem como isenção de impostos e taxas.

José Jorge apontou iniciativas no campo legislativo para levar o Brasil a se valer dos ventos, tais como estender para a energia eólica o benefício de redução do pedágio da transmissão de energia elétrica produzida por pequenas centrais, alterar a Lei 9.427, para permitir a venda desse tipo de energia para qualquer demanda acima de 500 quilowatts e, finalmente, alocar 0,5% do faturamento das empresas de energia elétrica para estudos, projetos e implementação de centrais eólicas.

— Já é hora de pararmos de ser país do futuro. Próspera não é a nação que dispõe de vastos recursos naturais e os deixa repousar em berço esplêndido, mas aquela que sabe explorar e transformar em riqueza o quinhão que a natureza lhe legou — afirmou.

Eduardo discorda das críticas de Mendonça

Em nome do PFL, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) discordou ontem das afirmações do ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, que criticou o presidente Fernando Henrique Cardoso e pediu



Eduardo recomenda a ex-ministro que se mantenha em silêncio

que ele assumisse o fracasso do Plano Real. Para o senador, o ex-ministro deveria se recolher em seu silêncio.

Eduardo Siqueira Campos apoiou o senador Antonio Carlos Magalhães quando este cobrou do ministro da Fazenda, Pedro Malan, maior sensibilidade para com o social. Ele ressaltou que essa crítica possui a autoridade moral de um partido, o PFL, que tem dado todo seu apoio à política econômica do governo.

O senador acrescentou que só discordava em um ponto de Antonio Carlos, quando este disse que Malan nunca havia recebido um pobre. Segundo Eduardo Siqueira Campos, Malan recebeu, sim, um pobre: o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, “um pobre de espírito”, ironizou.

Arruda faz homenagem a ex-auxiliar de Kubitschek

O centenário de nascimento do ex-senador e ex-consultor jurídico da Novacap Dario Cardoso foi registrado em plenário, ontem, pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado.

Arruda observou que, como engenheiro da Novacap, trabalhou com Dario Cardoso, o qual veio para Brasília a convite do presidente Juscelino Kubitschek. “Ele estava desfrutando de sua aposentadoria, no Rio de Janeiro, mas aceitou o desafio de JK para ajudar na formulação de todo o arcabouço jurídico de Brasília. Se estivesse vivo, ele estaria hoje fazendo 100 anos”, disse.



Arruda lembra que, como engenheiro, trabalhou com Dario Cardoso